

GESTÃO DEMOCRÁTICA

desafios de uma prática em busca de uma escola com qualidade

ROSILANE AMANCIO DE SOUZA

Professora efetiva da Educação Básica I (PEB-I) na CEMEIEF Maria José Ferreira Ferraz desde 16/08/2004, professora vice-diretora na Emei Oswaldo Salles Nemer desde 19/03/2007, Diretora na Emei maria Madalena Leite Barbosa Freixeda desde 06/10/2009. Pedagoga pelo Centro Universitário FIEO (UNIFIEO) desde 2004.

RESUMO

O presente artigo relata o trabalho de uma comunidade escolar em busca de novos paradigmas de lutas em torno da participação para, com ela e a partir dela, contribuir para a construção de uma escola com qualidade para todos. A gestão democrática pressupõe rupturas de práticas autoritárias, tradicionais e hierárquicas, e minimizar vícios que têm impedido a prática pedagógica voltada à formação para a cidadania democrática. Um de seus recursos é constituir e fazer funcionar, de forma democrática e participativa o Conselho de Gestão Compartilhada (CGC), que foi implantado nas escolas do município de Osasco pela LEI Nº 4136, de 05 de julho de 2007. Na escola campo de pesquisa deste Conselho foi implantado, com muitas dificuldades, no ano de 2011. Atualmente, vem representando os pares e mobilizando a uma prática política mais ampla, com propostas assessoradas pelos profissionais da escola e pela comunidade escolar legitimando ações e decisões coletivas. Para que funcione como órgão representativo precisa estar articulado com a gestão escolar para que possam ser viabilizados os seus ideais, as suas decisões e ações, buscando garantir a autonomia de escola em todas as instâncias de sua atuação, superando comodismo e corporativismo, concretizando a liberdade de aprender, com base em princípios éticos que garantam a dignidade humana.

PALAVRAS CHAVES

Gestão democrática. Participação. Compromisso. Ética.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido a partir de um projeto de intervenção realizado em uma escola municipal de Osasco e inspirou-se nos primeiros ensaios de Paulo Freire para conceituar educação popular que justifica toda proposta de uma gestão democrática:

O chão dos primeiros círculos de cultura é o chão seco do Nordeste, o chão ao mesmo tempo seco e molhado. Um chão seco pela espoliação desta Região e das classes populares desta Região. O chão seco e ressequido pela dor dos que morreram, dos que lutaram, dos que foram proibidos de ser... Mas um chão também molhado. Molhado de sonhos, molhado de aspirações, molhado de esperança, de vontade de briga. Essa é a condição extraordinária que a gente encontra num chão como este. Portanto, não havia melhor chão para os primeiros ensaios de uma luta crítica e crescentemente crítica e que viesse mais tarde se consubstanciar no conceito de educação popular. (BATISTA; CAVALCANTE; UYTDENBROEK, 2007, p.01-02)

Essa gestão democrática precisa estar presente em todas as instituições sociais e, principalmente na escola, que tem como função primordial formar cidadãos capazes de construir uma “nova” sociedade, na qual os direitos humanos básicos possam ser respeitados em sua essência e concretizados para todos.

Nos tempos atuais, a discussão a respeito da qualidade do ensino público, envolve reflexão sobre a necessidade e importância de uma gestão democrática nas escolas, de ações com intenções educativas, numa perspectiva transformadora, principalmente no que se refere à discussão das questões do poder exercido sobre uma população social, econômica, cultural e politicamente excluída, por uma minoria privilegiada.

Nesse sentido é de fundamental importância trabalhar, via gestão democrática, a relação prática-teoria-prática (VIANNA, 2012, p.02) para que se possa perceber como a cultura econômica, política e social dominante atua para que, os diferentes povos emudeçam e não reajam, de forma efetiva, à condição de excluídos, privados dos seus direitos básicos de cidadania, enganados por discursos desarticulados da prática e longe dos princípios democráticos e de uma cultura participativa.

“[...] Um chão seco pela espoliação [...] das classes populares [...]. O chão seco e ressequido pela dor dos que morreram, dos que lutaram, dos que foram proibidos de ser [...]” (BATISTA; CAVALCANTE; UYTDENBROEK, 2007, p.01). Um chão que desafia a acreditar em uma educação orientada por uma pedagogia que desperte a consciência e incentive a formação de uma nova cultura de direitos humanos, abordando questões como a violência, as desigualdades e as injustiças que têm retirado do ser humano sua dignidade e o exercício efetivo de sua liberdade e cidadania. “[...] Mas um chão também molhado. Molhado de sonhos, molhado de aspirações, molhado de esperança, de vontade de briga. [...]” (BATISTA; CAVAL-

CANTE; UYTDENBROEK, 2007, p.01-02). Um chão que desafia a pensar na necessidade de uma educação emancipadora, libertadora e utópica, a não esquecer que uma verdadeira democracia pressupõe justiça social, liberdade e, acima de tudo, ética garantindo a identidade e os movimentos sociais pelos direitos humanos fundamentais.

No entanto, essa educação conscientizadora e a cultura de trabalho escolar participativo ainda não são realidade efetiva no país, apenas movimentos esporádicos de pessoas corajosas, eivadas de sonhos e utopias. Muito menos se pode acreditar na existência efetiva, solidária, politizadora de uma gestão democrática na maioria das escolas públicas, efetivada a partir da proposta e prática do planejamento participativo que,

[...] Se constitui num processo político, num contínuo propósito coletivo, numa deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem [...] Significa, portanto, mais que uma atividade técnica, um processo político vinculado à decisão da maioria, tomada pela maioria, em benefício da maioria [...]. (CORNELY apud VIANNA, 2000, p.37).

A mudança nesse contexto é um desafio muito grande e de fundamental importância para a construção da escola conscientizadora, democrática, emancipadora e libertadora. Contribuir para que essa mudança possa ser realidade, nas escolas e no país, foi um dos objetivos desse trabalho que também buscou estratégias que pudessem viabilizar uma gestão democrática nas escolas, além de identificar as vantagens e as dificuldades de sua implantação. Para isso buscou entender a prática de uma gestão democrática e participativa em uma escola do município de Osasco com suas vantagens, riscos, fatores facilitadores e restritivos.

Ao elaborá-lo percebeu-se que existe uma literatura bastante ampla sobre a gestão democrática na escola, mas ações envolvendo os diferentes segmentos que a integram nas decisões sobre aspectos fundamentais, e não apenas secundários, do cotidiano escolar continuam autoritárias ou pseudo democráticas, criando no ser humano a ilusão de utilidade social e a adesão acrítica a programas oficiais ou de grupos politicamente tendenciosos (VIANNA, 2000, p.31).

Entre os autores que fundamentaram teoricamente este trabalho de pesquisa foram significativos em suas contribuições: Freire (1996), Paro (2005), Vianna (2000), Antunes (2008).

Esse trabalho de investigação buscou respostas para a seguinte questão básica de pesquisa: como proceder para que familiares, docentes e demais profissionais da educação que integram a estrutura organizacional de uma escola pública, municipal do município de Osasco, participassem efetivamente da implantação e consolidação de uma gestão democrática visando um trabalho escolar de qualidade em todas as suas dimensões.

ALGUMAS IDEIAS BÁSICAS SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Para a efetivação de uma gestão democrática efetiva é de grande importância a participação coletiva de toda a escola e da comunidade local que precisam estar articuladas, na organização e manutenção do ambiente físico da escola para que atue como facilitador de um trabalho de qualidade; na construção e execução de projetos educacionais voltados à formação integral do aluno, na construção, implantação e implementação do Projeto Eco Político Pedagógico (PEPP) e do Plano de Trabalho Anual (PTA). Nesses dois documentos estão registradas as diretrizes que norteiam o trabalho pedagógico na rede municipal de educação de Osasco.

Para o desenvolvimento de uma gestão democrática na escola será necessária uma observação constante e cotidiana da postura de todos os educadores, funcionários, alunos, famílias e representantes da comunidade, no sentido de verificar se estão possibilitando, para todos, participação, compromisso e compartilhamento nas decisões e se estão sendo ativos em todas as instâncias de funcionamento da unidade escolar.

A proposta de gestão escolar democrática implica em garantir a representatividade dos agentes escolares e da comunidade, o diálogo como ferramenta permanente para o compartilhamento das decisões em busca de soluções coletivas para os problemas e dificuldades apresentadas pela unidade escolar, além de espaços apropriados para a discussão e sistematização de decisões coletivas permitindo, dessa forma, que todos os envolvidos possam exercer sua prática de participação.

Sobre a importância da gestão democrática, Paro (2005, p.14) afirma que:

Uma providência dessa natureza de fundamental importância na medida em que rompe com a ideia de que os problemas escolares podem ser resolvidos nos estritos limites da escola e procura, ao mesmo tempo, propiciar condições concretas de participação das camadas trabalhadoras nos destinos da educação escolar.

O Conselho de Escola foi criado, no Estado de São Paulo, pelo parágrafo único do artigo 6º, do Decreto nº 11.625, de 23 de maio de 1978, que o propõe como órgão consultivo da direção da escola, sem poder de decisão. Os membros tinham como tarefa apresentar sugestões e prestar ajuda, quando solicitados, à direção da escola.

Ao longo dos anos, a população, movida pelos anseios de uma Gestão Democrática começou a reivindicar espaços de participação. A educação de Osasco vem, desde 2007, propondo a implantação, em todas as Unidades Escolares, do Conselho de Gestão Compartilhada (CGC). Essa implantação foi definida pela Lei 4136, de 2007, publicada no Diário Oficial do Município no dia 05 de julho de 2007 e que “dispõe sobre a natureza, finalidade, composição e funcionamento dos conselhos de gestão compartilhada da unidade educacional da rede municipal de ensino de Osasco”, devendo assumir a responsabilidade de definir as ações administrativas, financeiras e pedagógicas, respaldando para que o CGC fosse de natureza deliberativa, ou seja, com poder de decisão.

[...] Art. 1º O Conselho de Gestão Compartilhada da Unidade Educacional terá natureza deliberativa, tendo por finalidade estabelecer, no âmbito da Unidade Educacional, diretrizes e critérios gerais relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, respeitando as orientações e diretrizes da Política Educacional da Secretaria de Educação de Osasco.

Parágrafo Único - Toda Unidade Educacional da Rede Municipal de Ensino constituirá um Conselho de Gestão Compartilhada. [...] (OSASCO, 2007, p.01).

De acordo com esse dispositivo legal o CGC deve ser formado por professor(as), alunos(as), funcionários(as) e familiares para que todos possam, representando seus pares, participar de tomadas de decisões sobre propostas de prioridades e metas de ação da unidade escolar, decidindo sobre organização, funcionamento e adequação das demandas, analisando projetos e programas, sempre em busca da efetiva integração escola, família e comunidade.

[...] Art. 2º São atribuições do Conselho de Gestão Compartilhada da Unidade Educacional:

I - tornar conhecidas as diretrizes e prioridades da Política Educacional; discutindo e adequando-as ao âmbito da Unidade Educacional;

II - coordenar a elaboração do Projeto Eco-Político-Pedagógico, da Unidade Educacional;

III - aprovar as prioridades e metas de ação da Unidade Educacional para cada período letivo, bem como aprovar o calendário escolar e decidir sobre a organização, o funcionamento, o atendimento, a adequação da demanda e demais questões pertinentes ao bom funcionamento da Unidade Educacional;

IV - avaliar o desempenho da Unidade Educacional de acordo com as diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no Projeto Eco-Político-Pedagógico;

V - analisar, aprovar e acompanhar projetos de suplementação de materiais escolares e programas especiais visando à integração da Unidade Educacional com a família e comunidade;

VI - arbitrar sobre impasses de natureza administrativa e pedagógica e propor alternativas de solução aos problemas. [...] (OSASCO, 2007, p.01).

Portanto, o Conselho de Gestão Compartilhada é o órgão responsável por tornar conhecidos os projetos, os programas, as diretrizes e as prioridades da política educacional de Osasco; participar da elaboração do PEPP e PTA; divulgar as prioridades e as metas de ação da unidade escolar; decidir sobre organização, funcionamento, adequação das demandas e sobre impasses de natureza administrativa e pedagógica.

Sua constituição também é definida pelo mesmo dispositivo legal:

[...] Art. 3º O Conselho de Gestão Compartilhada será constituído por representantes efetivos e suplentes, eleitos em assembléia convocada para este fim, respeitados os critérios da paridade e da proporcionalidade, e terá um total mínimo de dezesseis (16) e máximo de trinta e dois (32) integrantes, fixado proporcionalmente ao número de classes do estabelecimento de ensino.

I - de uma a dez classes, dezesseis (16) representantes efetivos e quatro (4) suplentes;

II - de onze a vinte classes, vinte e quatro (24) representantes efetivos e oito (8) suplentes;

III - acima de vinte classes, trinta e dois (32) representantes efetivos e doze (12) suplentes. [...] (OSASCO, 2007. p.02).

O CGC das escolas municipais de Osasco é integrado por quatro segmentos de conselheiros: alunos; pais, mães ou responsáveis legais; equipe técnica e de apoio e docentes, sendo que na Educação Infantil o segmento aluno deve ser preenchido pelo segmento dos familiares conforme define o

[...] Art. 4º A constituição do Conselho a que se refere o caput do artigo 3º obedecerá à seguinte proporcionalidade:

I - 25 % de docentes;

II - 25% das equipes Técnica e de Apoio, incluindo o representante nato (diretor ou dirigente);

III - 25% de representantes dos pais, mães ou responsáveis;

IV - 25% de alunos a partir de nove anos;

§ 1º Nas unidades educacionais onde não houver alunos que atendam ao inciso IV do caput, o percentual referente a esse segmento será ocupado por representantes dos pais, mães ou responsáveis legais.

§ 2º A proporcionalidade do caput aplica-se, separadamente, aos representantes efetivos e aos suplentes. [...] (OSASCO, 2007, p.02).

A rede municipal de Osasco busca, desde 2007, implantar o Conselho de Gestão Compartilhada como estratégia política para garantir a escola aberta para a comunidade e comprometida com os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, propiciando relações, atividades significativas, espaços e tempos escolares que se aproximam de uma gestão participativa.

Para tanto, os espaços escolares deverão ser ricos e diversificados, constituírem-se em espaços abertos às diferentes pessoas envolvidas e motivadas a participar nas decisões da gestão escolar, que respeitem as diferenças, sejam solidárias, acolhedoras, seguras e facilitadoras de práticas educativas de qualidade política, epistemológica e ética.

Os(As) professores(as), os funcionários, os familiares, engajados para por em prática o CGC da unidade escolar, devem tentar, da melhor maneira possível, fazê-lo desempenhar suas funções da melhor forma possível para todos.

Para Antunes (2008, p.21):

[...] O Conselho de Escola é um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários. Através dele, todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Assim, esse colegiado torna-se não só um canal de participação, mas também um instrumento de gestão da própria escola.

A gestão democrática da escola não pode ser um fato isolado na escola mas, como afirma Antunes (2008, p.146),

A democratização da gestão escolar não está dissociada da democratização das outras instâncias da estrutura administrativa da Secretaria de Educação. É preciso que esse movimento, que se inicia na base da escola, encontre respaldo nos outros níveis da administração, sendo toda ela organizada de maneira democrática, de forma a ter condições de incorporar as demandas vindas da unidade escolar, num movimento que, no Instituto Paulo Freire, chamamos de 'socializada ascendente'.

O Conselho de escola constituir-se-á como recurso efetivo de gestão democrática na medida em que for consolidado como órgão deliberativo, ampliando seu poder de decisão sobre as questões prioritárias, estruturais e pedagógicas e não apenas secundárias das escolas para que possam interferir, de forma organizada e contínua, na implantação e concretização de uma escola de qualidade para todos.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO COTIDIANO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE OSASCO

Em sua especificidade esse trabalho apresenta os resultados de um projeto de intervenção realizado no CGC de uma unidade escolar de educação infantil do município de Osasco, durante o ano de 2012.

A ESCOLA CAMPO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E A COMUNIDADE NA QUAL ESTÁ INSERIDA

A unidade escolar, campo de pesquisa atendida, no ano de 2012, 106 alunos matriculados na Educação Infantil e contava com 06 docentes e 07 funcionários funcionando das 7h às 17h30min, de 2ª a 6ª feira.

Os dados coletados a partir de um levantamento socioeconômico-cultural permitiu detectar que a unidade escolar está localizada em bairro cujos moradores têm poder aquisitivo melhor que a maioria das crianças matriculadas na Educação Infantil do município e seus filhos estudam em Escolas Particulares.

Dos seus alunos, cerca de 95%, provêm dos bairros vizinhos. O nível econômico da população atendida varia entre médio-baixo e baixo, devido ao alto nível de subemprego e desemprego, além de outros fatores sociais, conforme dados colhidos na Ficha Social do(a) Aluno(a), documento determinado pela Secretaria de Educação em todas as unidades escolares do município. Em função desta situação a maioria das famílias mora de aluguel ou em área livre.

Quanto ao nível de escolaridade a maioria dos pais concluiu apenas o Ensino Fundamental. A consciência sobre o Meio Ambiente revela uma educação precária por muitos da comunidade, pois não há conservação do córrego que atravessa o bairro, bem como de terrenos, que acabam acumulando lixo. Quanto à reciclagem desses resíduos, sabe-se apenas que algumas famílias cultivam este hábito, principalmente com relação às latinhas, para contribuir com a renda familiar, mas sem a preocupação ambiental. O bairro oferece poucas opções de lazer. O parque existente na proximidade da unidade é pobre de recursos para diversão e entretenimento, mas favorece as questões e projetos de educação socioambiental em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente e a unidade escolar. O comércio é dotado de dois mercados de médio porte e outros menores, um posto de atendimento bancário, farmácia, açougue, padaria e algumas pequenas lojas de roupas, calçados e materiais de construção, além de um Posto de Saúde.

A escola carrega, em sua essência, a função de educar seres humanos e não tem tido êxito na sua missão considerando tantos fracassos escolares divulgados oficialmente como os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (BRASIL, 2011) e pelos meios de comunicação em geral como a internet, emissoras de televisão e rádio, jornais, revistas, artigos e pesquisas científicas.

Um dos objetivos da gestão democrática da escola, campo de pesquisa, foi repensar, em todos os espaços e situações escolares, estratégias em busca de

qualidade para o processo de ensino-aprendizagem que efetiva, considerando que a democracia se aprende com práticas e vivências e o CGC tem muito a contribuir nesse sentido, junto às unidades escolares.

Familiares, funcionários, professores e alunos têm muito que participar e contribuir no controle e definições das políticas educacionais, pensando na qualidade da escola pública. Para tanto, a escola tem que abrir suas portas, mesmo que os familiares não contribuam com grandes teorias ou feitos, mas, incentivando e possibilitando o processo de participação, discussão e de decisão coletiva para que, juntos, irão construir e farão diferença numa sociedade tão injusta e desigual.

O CGC é um processo muito novo e tem como um dos seus grandes desafios a transformação de posturas e atitudes frente às situações que eram somente tratadas no interior das escolas. Uma das tarefas do Conselho é a formação constante dos segmentos, trazendo-os para a realidade, discutindo problemas concretos vividos pela comunidade, buscando, coletivamente, soluções para as causas desses problemas. É importante que todos os integrantes do CGC, e a escola em geral, saibam que não podem refletir somente sobre a vida local, centrando suas ações na própria história e cultura. As mudanças propostas têm que estar voltadas à sociedade planetária (ANTUNES, 2002), pois a democracia exige respeito, participação, comunicação, transformação e que todos caminhem em defesa de objetivos comuns que devem viabilizar uma educação pública de qualidade para todos.

As escolas têm trilhado um caminho ainda distante de uma gestão democrática, prejudicada pela cultura da não participação ativa das pessoas envolvidas no processo, o que exige transformação e diálogo entre os sujeitos, buscando uma cultura de participação observada nos Círculos de Cultura, propostos por Paulo Freire e reforçado por Carlos Rodrigues Brandão, 2005 (apud BATISTA; CAVALCANTE; UYTDENBROEK, 2007, p.2), significando “[...] colocar as pessoas sentadas uma do lado da outra [...] as mulheres e os homens que iam aprender a ler, começavam conversando sobre a vida delas, sobre o trabalho de todos os dias, sobre a maneira de ser e de se viver naquele lugar”.

Com este exercício de aprendizagem de roda de conversa as pessoas vão despertando para uma consciência crítica da realidade, buscando ações de fortalecimento do CGC e, posteriormente, para a vida de cada um, para o desenvolvimento de uma cultura democrática para a qual a liberdade de cada pessoa expressará sua dignidade humana.

O PROJETO DE INTERVENÇÃO NA REALIDADE DA ESCOLA CAMPO DE PESQUISA: AÇÕES E RESULTADOS

O projeto de intervenção possibilitou que o Conselho de Gestão Compartilhada - CGC (gestão 2011 e 2012), nos últimos meses de sua gestão pudesse desenvolver suas funções envolvendo cerca de dezesseis pessoas representando os três segmentos da estrutura da escola (pais, professoras e funcionários, lembrando

que na Educação Infantil o percentual destinado aos alunos deve ser preenchido pelo segmento familiar) e atuar de forma mais participativa nas decisões que deveriam ser tomadas, inclusive fazendo sugestões para a melhoria de diversos aspectos organizacionais da escola.

Em reuniões de Conselho de Gestão Compartilhada, mesmo com as dificuldades de participação dos sujeitos envolvidos, conseguiu-se efetivar, praticamente, uma reunião mensal do conselho durante os meses de maio a novembro de 2012. Inicialmente os sujeitos vieram muito tímidos, havia pouca participação e as conversas eram, em sua maioria, informais, realizadas ao redor da mesa de café e ou almoço proporcionados no ambiente escolar, estratégia inicialmente utilizada pela instituição para garantir a participação dos integrantes da comunidade externa.

A postura das reuniões do Conselho de Gestão Compartilhada foi se diferenciando aos poucos, passando à discussão de aspectos da vivência dos participantes. Inicialmente vinham para o lanche, café e ou almoço mas, aos poucos, foram amadurecendo as falas, perdendo a timidez até chegarem, no coletivo dos representantes de todos os segmentos, que fazem parte do CGC, a proposta de fazer da escola um espaço democrático.

O Círculo de Cultura foi utilizado como estratégia para o desdobrando da Lei 4136/2007, na medida em que possibilitou que seus integrantes avançassem no processo democrático de tomada de decisões, participando da gestão com diálogos significativos, desenvolvendo atividades de leitura de mundo do bairro, fazendo levantamento das necessidades dos moradores, dentre outras atividades significativas. Com a aprendizagem da participação efetiva na sistemática do Círculo de Cultura, foram estimulados a observar a comunidade, participar, falar, ouvir, questionar e a criticar. A cada Círculo foram se abrindo mais canais de formação e informação facilitando a comunicação entre seus participantes.

Vale destacar as ações do CGC em um assunto que mais incomodou a todos, nos últimos meses do ano, que foi o depredamento do patrimônio público da escola nos finais de semana.

A presidente do CGC colocou o problema para discussão numa roda de conversa em função da necessidade de buscar uma possível solução para o mesmo, a partir da colaboração e organização da comunidade, pois descobriu-se que, quem estava quebrando e pichando o prédio escolar trazendo prejuízos, eram alguns adolescentes rebeldes da própria comunidade.

A ação decidida neste encontro foi que cada pessoa presente se sentisse responsável e compromissada e buscasse alternativas coletivas, com seus pares, para resolver a situação criada. As discussões foram calorosas, mas não se conseguiu encontrar solução para resolver o assunto pendente, mas todos saíram da reunião com várias estratégias pensadas para como buscar parcerias e realizar palestras com informações para que esses jovens entendessem que o que estavam fazendo não era correto e prejudicava, não só a escola, mas toda a comunidade da qual faziam parte.

Os participantes da reunião do CGC ficaram encarregados de tentar resolver o problema, no entorno da unidade escolar. Foram formados pequenos grupos para sair pelos arredores da escola, para bater de porta em porta, para uma conversa

com os moradores. A escola, por sua vez, ficou encarregada de trazer pessoas capacitadas para uma reunião de pais e mestres falando sobre o Bullying que foi marcada em um sábado para que todos pudessem participar. Nessa reunião, além do CGC, estavam presentes muitos integrantes da comunidade que participaram das discussões e dela saíram com muitos conhecimentos e esclarecimentos.

A reunião foi muito importante para alertá-los sobre as dificuldades da escola e reafirmou-se a importância do acompanhamento e da busca de novos encaminhamentos na tentativa de solucionar problemas que, em si e em seus desdobramentos, são muito complexos.

Uma outra reunião, para fortalecimento das ações do CGC, girou em torno da preocupação de garantir aos alunos um trabalho pedagógico de conhecimento de valores, trabalho em parceria, troca de informações, criando uma nova cultura de construção coletiva através do diálogo e de possíveis ações no cotidiano da escola e da comunidades em busca da qualidade do processo educativo não só da escola como na comunidade em geral. Durante as discussões buscou-se incentivar e fomentar a cultura política e social na instituição escolar que, historicamente, não tem o costume de reconhecer todos os integrantes dos seus diferentes níveis de atuação, especialmente seus alunos, como sujeitos, criando espaços para o diálogo entre os pares, possibilidades para o acolhimento das pessoas com dignidade e muito respeito.

Como exercício de aprendizagem, em uma roda de conversa discutiu-se sobre como ficaram os sobreviventes da bomba atômica na última guerra mundial, os flagelos aos quais foram submetidos seres humanos nos campos de concentração nazistas. Dessa discussão passou-se a analisar os tempos atuais, a memória como espaço político importante para a reflexão sobre a transformação necessária para que possa ser construído um futuro melhor para todos, que permita e incentive a livre expressão, o direito de ir e vir, o acesso irrestrito à cultura do país e do mundo, o exercício planetários dos direitos básicos de cidadania.

Para isso é necessário fazer da escola um espaço privilegiado para o exercício do diálogo e da humanização, pois somos seres que se expressam a partir da linguagem e dos sentimentos. A educação deve garantir a base para a formação integral do ser humano, principalmente no que tange aos valores éticos pois as raízes históricas brasileiras foram escritas com base no desrespeito, na invasão, na dominação, exploração e negação do outro, ignorando princípios éticos, ferindo a dignidade humana.

Para que haja mudança significativa na sociedade brasileira é necessário que a escola seja capaz de trabalhar com o ser humano, contextualizado social e culturalmente, respeitado em sua essência complexa de corpo, mente, emoções e espírito, ampliando o trabalho de transmissão de informações para a construção interativa, política e ética de conhecimentos, habilidades, hábitos, competências e atitudes, enquanto recurso para educação de qualidade orientada à conscientização, transformação humanista-libertadora, extrapolando o pragmatismo reducionista, a alienação limitadora e a exclusão. (VIANNA, 2012, p.01-02).

A busca pelo poder econômico no país tem gerado pobreza e miséria e está presente desde as origens do país, especialmente nas culturas indígena e negra, pois são culturas silenciadas e desprovidas de qualquer oportunidade de construção de uma vida digna e continuam presentes na sociedade desse século no qual a exploração e de desrespeito pela dignidade humana são acentuados pelo sistema neoliberal com suas regras de mercado que incentivam o consumo e valorizam o ser humano pelo “ter” e não pelo “ser”.

Os Círculos de Culturas, possibilitados pelas ações do CGC, nos quais homens e mulheres aprendem e discutem ideais de vida, abertura aos vários saberes e a valorização da experiência de cada sujeito ali presente, tem contribuído para o esclarecimento e conscientização da importância do trabalho coletivo e participativo como base para uma verdadeira gestão democrática.

Todos os seus integrantes acreditam que, com o CGC, pode-se buscar, de forma organizada e participativa, contribuir para ampliar a garantia do acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais transformando a escola em espaço privilegiado de consolidação dos direitos humanos de cidadania.

CONCLUSÃO

A experiência de fazer acontecer e participar do Conselho de Gestão Compartilhada numa escola de educação infantil possibilitou a vivência de uma escola com as características de gestão democrática e do desafiar os esforços dos colaboradores para que caminhem em favor de atitudes e posturas que visem ao bem coletivo.

Em síntese, pode-se afirmar que a iniciativa foi grandiosa na tentativa da mobilização e organização não só dos integrantes do CGC, como da escola no seu todo, de uma maneira participativa, com flexibilidade e muita autonomia. A cada Círculo de Cultura pode-se perceber os avanços em relação à desenvoltura e o envolvimento de cada pessoa, a articulação das propostas de todos em busca de qualidade da educação que a escola oferecia aos alunos(as).

O CGC deve desenvolver propostas direcionadas para a construção de uma humanidade justa e igualitária, construída a partir do relacionamento e da troca de esforços entre pessoas com objetivos semelhantes em busca da dignidade para todos e pode transformar a escola em importante recurso para a sua efetivação.

A proposta do plano de ações e as dificuldades encontradas, no dia-a-dia, para dar veracidade à participação de todos os segmentos, de forma qualificada e democrática, não foram fáceis.

Uma necessidade a ser considerada é a ação reflexiva de vivenciar experiências significativas e pedagógicas de enfrentamento das desigualdades, superando as possíveis resistências iniciais, por conta da falta de experiência de participação política efetiva, estabelecendo, no processo, que as atividades serão realizadas no coletivo, colhendo informações dos diferentes segmentos, ouvindo cada um que participa ativamente do processo como formador de opinião e, dessa forma, construir uma nova cultura.

Portanto, a concretização de uma gestão democrática deve ser fundamentada por políticas educacionais com diretrizes, metas e ações que legitimem o CGC deliberativo, não medindo esforços para a sua implementação e realização, sem esquecer da necessidade de que contribua para a superação do fracasso escolar e na busca de propostas e recursos que possam subsidiar e articular ações no sistema aberto para o pleno exercício da cidadania.

DEMOCRATIC MANAGEMENT: CHALLENGES OF A PRACTICE SEEKING AN SCHOOL WITH QUALITY.

ROSILANE AMANCIO DE SOUZA

ABSTRACT

This article describes the work of a community school in search of new paradigms for struggle for participation with it and from it, contribute to the construction of a school with quality for all. The democratic assumes breaks authoritarian practices, traditional and hierarchical, and minimize vices that are preventing the pedagogical practice training for democratic citizenship. One of its features is to build and operate in a democratic and participatory Shared Management Council (GCC), which was implemented in schools in the city of Osasco by Law N° 4136 of July 5th 2007. At school field research of this Council is deployed with many difficulties, in 2011 currently is representing the couple and mobilizing a broader political practice, with proposals advised by school staff and school communities legitimizing collective actions and decisions. To function as a representative body must be coordinated with the school management so that they can be made possible their ideals, their decisions and actions, seeking to ensure the autonomy of schools at all levels of its operations, overcoming laziness and corporatism, realizing freedom learning, based on ethical principles that guarantee human dignity.

KEYWORDS

Democratic management. Participation. Commitment. Ethics.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela. **Aceita um Conselho?** como organizar o colegiado escolar. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2008 – (Guia da Escola Cidadã; 8).

_____. **Leitura do mundo no contexto da planetarização:** por uma pedagogia da sustentabilidade. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo.

BATISTA, Clara; CAVALCANTE, Janayna; UYTDENBROEK, Xavier. O círculo de cultura: questões pedagógicas, políticas, epistemológicas e didáticas. **Jornal Utopia:** Informativo do Centro Paulo Freire, n.18, São Paulo, set./nov. 2007. Encarte.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *IDEB 2011: Brasil continua a avançar*. Brasília: Inep, 2011. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/web/portal-ideb>>. Acesso em 22 ago. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

OSASCO. Lei nº 4.136, de 2007. Dispõe sobre a natureza, finalidade, composição e funcionamento dos conselhos de gestão compartilhada da unidade educacional da rede municipal de ensino de Osasco. **Diário Oficial do Município de Osasco**, 05 jul. 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão da escola pública**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 11.625, de 23 de maio de 1978. Aprova o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, 24 mai. 1978. Disponível em: <<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19780524&Caderno=Poder%20Executivo&NumeroPagina=5>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento participativo na escola:** um desafio ao educador. 2. ed. São Paulo: EPU, 2000.

_____. **Escola do ensinar e a escola do educar:** desafios de uma educação brasileira de qualidade política, ética e científica. São Bernardo do Campo: CEPFA, 2012.